

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

14ª Sessão Ordinária de 2026

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 15/9/2026, págs.1/19)

Data: 22/09/2026

Horário: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 12ª Sessão Ordinária (25/08/2026).

PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária de 2026 (27/01/2026)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01145/2025-84
- Requerentes: Aluisio Antonio Maciel Neto e outros
- Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
- Interessados: Alexandra Milare Toledo Santos e outros
- Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Alteração de Regimento Interno por parte do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, para instituir critério de promoção por gênero ao acesso a 2ª instância.
- Relator: Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
- Origem: São Paulo
- Vista: Cons. Fernando da Silva Comin
Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2026 (12/05/2026)

- 2) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01278/2024-24
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Advogados: Felipe Augusto Ribeiro de Miranda – OAB/MG nº 197.908; Rafael de Almeida Moura – OAB/MG nº 112.571; Luciano Santos Lopes – OAB/MG nº 74563
- Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conduta incompatível com o cargo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00797/2024-10. Portaria CNMP-CODI/CN nº 42/2024.
- Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
- Origem: Minas Gerais
- Vista: Cons. Fernando da Silva Comin
Cons. José de Lima Ramos Pereira

Processos com pedido de vista cancelado em razão do término do mandato do vistor

- 3) Proposição nº 1.00393/2019-23
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
- Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
- Origem: Distrito Federal

- 4) Proposição nº 1.00281/2021-97
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Vedações impostas aos membros do Ministério Público brasileiro, em razão do exercício do cargo, consolidando as Resoluções nº 5/2006; nº 8/2006; nº 16/2007; nº 18/2007; nº 73/2011; nº 132/2015; nº 133/2015; nº 144/2016; e nº 224/2021.
Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Distrito Federal

PROCESSOS REMANESCENTES

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2026 (27 e 28/01/2026)

- 5) Proposição nº 1.00892/2024-88
Requerente: Cíntia Menezes Brunetta
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2026 (10/03/2026)

- 6) Proposição nº 1.01365/2025-44
Requerente: Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017, para adequá-la à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas em concursos públicos, e revoga dispositivos em desconformidade com a nova legislação.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2026 (28/04/2026)

- 7) Proposição nº 1.01328/2025-27
Requerente: Ivana Lucia Franco Cei
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui o Código de Ética das Ouvidorias do Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2026 (26/05/2026)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00717/2025-44
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Minas Gerais
Advogados: Antonio Marques Carraro Junior – OAB/MG n.º 85039; Gleiciane Emanuele Duarte – OAB/MG n.º 88019
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Diogo Pestana Rangel
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Desconstituição de ato administrativo. Recomendação nº 03/2025, editada pela 2ª Promotoria de Justiça de Abre Campo/MG. Inquérito Civil nº 04.16.0003.0014679/2022-13. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Minas Gerais
- 9) Proposição nº 1.00068/2026-62
Requerente: Cíntia Menezes Brunetta
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que dispõe sobre a atuação do Ministério Público em face de decisões judiciais, acordos ou propostas legislativas que estabeleçam remissão ou redução de pena em troca de doação de sangue, e dá outras providências.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal
- 10) Notícia de Fato nº 1.00167/2026-44 (Recurso Interno)
Recorrente: Alexandre Florentino Magalhães
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Informa a ocorrência de suposta irregularidade da atuação funcional em processo judicial.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2026 (23/06/2026)

- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01319/2024-46 (Processo Sigiloso)
Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados
Advogados: Leandro Zannoni Apolinario de Alencar – OAB/DF n.º 26743; Leonardo Accioly da Silva – OAB/PE n.º 17265; Daniel Augusto Mesquita – OAB/DF n.º 26871
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Requer a suspensão da Recomendação nº 09/2024, expedida pela 3ª Promotoria de Justiça de Coronel Fabriciano, que recomendou a declaração de nulidade do procedimento de inexistência nº 005/2023 e do contrato de prestação de serviços nº 130/2023 firmado entre o Município de Coronel Fabriciano e o Escritório de Advocacia Nilo & Almeida Advogados Associados. Alega afronta à Recomendação CNMP nº 36, de 2016. Solicita ainda a suspensão do IC nº 0194.24.000158-7. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Minas Gerais
- 12) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01167/2025-80
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Mauro Geosvaldo Ferreira Silva – OAB/BA n.º 14.855
Interessados: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Marcelo Silva Guimarães – OAB/BA n.º 21.034
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Apuração de conduta incompatível com o exercício do cargo. Falta de urbanidade. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00478/2025-69. Portaria nº CNMP-CODI/CN nº 22/2025.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Bahia
- 13) Proposição nº 1.01325/2025-66
Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Unidade Nacional de Perícias Médicas em Saúde Mental do Ministério Público brasileiro e dá outras providências.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal
- 14) Pedido de Providências nº 1.00529/2026-15
Requerente: Andrea Fregona
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Atuação. Andamento de recurso. Procedimento PGA 001.2026.042098. Apuração de irregularidades em atendimento prestado em delegacia de polícia civil. Prosseguimento de inquérito policial.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Paraíba

- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01430/2025-78
Requerentes: Francisco Antonio Tavora Colares; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE
Advogado: Marcio Augusto Ribeiro Cavalcante – OAB/CE n.º 12359
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessado: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Nomeações de cargos de provimento em comissão em desrespeito ao percentual mínimo destinado aos servidores efetivos. Requer suspensão dos efeitos do Ato nº. 889/2025/SEGEPE e declaração de ilegalidade das nomeações para o cargo em comissão de Assessor Jurídico I, em desacordo com a Constituição Federal e com a Lei nº. 14.043/2007. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Ceará
- 16) Reclamação Disciplinar nº 1.01538/2025-42 (Processo Sigiloso)
Requerente: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Pará
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: Eduardo Falcete – OAB/DF n.º 45066; Rodolfo Meira Roessing – OAB/PA n.º 12.719; João Paulo Cunha – OAB/DF n.º 52.369; Sophia Martins Magno Santos – OAB/DF n.º 73.256; Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – OAB/PA n.º 3259; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Fernanda Porto Fernandes – OAB/DF n.º 50.448; Matheus Brito de Souza – OAB/DF n.º 68988; Victor Augusto de Oliveira Meira – OAB/PA n.º 23.244; Eduardo Aires Coelho Otsuki – OAB/DF n.º 64312; Naiade Nunes Pinto dos Reis – OAB/PA n.º 31.506; Roberto Lauria – OAB/PA n.º 7.388; Ana Beatriz Lacorte Araujo da Mota – OAB/PA n.º 26.752; Emy Hannah Ribeiro Mafra – OAB/PA n.º 23263
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará; Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membros do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Pará
- 17) Reclamação Disciplinar nº 1.00172/2026-10 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: João Luis Brasil Batista Rolim de Castro – OAB/PA n.º 14045
Interessado: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: Pará

18) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00917/2024-25 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso

Requerido: Sigiloso

Advogado: Erick Venancio Lima do Nascimento – OAB/DF n.º 19959

Interessado: Sigiloso

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Acre. Violação de deveres disciplinares. Prática de ato incompatível com o decoro do cargo. Falta de zelo pelo prestígio dos Poderes da União, do Estado e dos Municípios, bem como das funções essenciais à Justiça. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00763/2024-62. Portaria CNMP-CODI/CN nº 35/2024.

Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Origem: Acre

19) Proposição nº 1.00667/2025-31

Requerente: Ivana Lucia Franco Cei

Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Acréscimo do art. 7º-A, na Resolução CNMP nº 212, de 11 de maio de 2020, que “institui o Regimento Interno da Ouvidoria Nacional do Ministério Público”. Divisão de atribuições da Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues

Origem: Distrito Federal

20) Reclamação Disciplinar nº 1.00684/2025-60 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)

Recorrente: Sigiloso

Advogados: Gabriel de Moraes Correia Tomasete – OAB/RO n.º 2.641; Lucia de Fatima Ferreira Dutra – OAB/RO n.º 13956; Maracelia Lima de Oliveira – OAB/RO n.º 2549; Marina dos Santos Nascimento – OAB/RO n.º 15.280

Recorrida: Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker

Origem: Rondônia

21) Consulta nº 1.01371/2025-74

Requerentes: Claudio Franco Felix; Ministério Público do Estado do Paraná; Paulo Sergio Markowicz de Lima

Interessado: Comissão de Infância e Juventude

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. A possibilidade, os limites e os procedimentos para o compartilhamento, entre membros do Ministério Público no exercício de suas funções, de informações e elementos de prova sujeitos a sigilo judicial ou legal.

Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz

Origem: Distrito Federal

- 22) Conflito de Atribuições nº 1.00719/2026-41
Requerente: Ministério Público Eleitoral
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Eleitoral no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 02.22.0008.0021828/2025-33 (Documento id. 06441240). Apuração de suposta prática do delito previsto no art. 343, do Código Penal. Oferta de vantagem a terceiros para que afirmassem falsamente terem sido coagidos a votar em determinado candidato nas eleições municipais de 2024. Município de Vassouras.
Relator(a): Cons. Carl Olav Smith
Origem: Rio de Janeiro
- 23) Conflito de Atribuições nº 1.00877/2026-47
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento: IDEA nº 003.9.315493/2026. Procedimento de inventário extrajudicial instaurado perante o 19º Tabelião de Notas da Capital do Estado de São Paulo, envolvendo existência de herdeira incapaz, com interessados residentes no Município de Lauro de Freitas/BA.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Bahia
- 24) Conflito de Atribuições nº 1.00945/2026-31
Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Requerido: Procuradoria da República – Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal. Notícia de Fato Criminal nº 01.2026.00011300-2 (1.33.005.000429/2025-17 – MPF). Descumprimento, em tese, de termo de embargo lavrado pelo IBAMA, na manutenção de atividades agropecuárias em área de vegetação nativa anteriormente suprimida e sob restrição administrativa, no Município de Papanduva/SC.
Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima
Origem: Santa Catarina

Processos desta Sessão (22/09/2026)

- 25) Proposição nº 1.00942/2025-80
Requerente: Fernando da Silva Comin
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que "Dispõe sobre diretrizes para uma atuação ministerial articulada, preventiva e resolutiva no acompanhamento do financiamento da educação básica pública, promovendo a fiscalização qualificada da aplicação dos recursos, bem como o fortalecimento das melhores práticas e experiências do Ministério Público brasileiro na defesa do direito à educação com qualidade social".
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Distrito Federal

- 26) Notícia de Fato nº 1.01180/2025-94 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
- Recorrente: Fabio Hilario Soares Cardoso
Recorridas: Membras do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Notícia de Fato. Membras do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Minas Gerais
- 27) Pedido de Providências nº 1.01193/2025-08 (Embargos de Declaração)
- Embargantes: Assemperj – Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Advogados: Renato Villar da Trindade – OAB/SP nº 463329; Brenno Lucas da Silva – OAB/DF nº 82.966; Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF nº 32147
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ineficiência administrativa. Classificação indiscriminada dos níveis de sigilo e restrição injustificada de acesso aos documentos produzidos em processos que tramitam ou tramitaram no Sistema SEI/MPRJ. Ausência de regulamentação da matéria. Ofensa aos princípios constitucionais da publicidade, transparência e eficiência. Pedido de Providências.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Rio de Janeiro
- 28) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01356/2025-53
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogados: Artur Guedes da Fonseca Mello – OAB/DF nº 79165-A; Rogerio Mello – OAB/MA nº 22.692-A
Interessado: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Violação do dever de agir com zelo no exercício de suas funções. Residência fora da Comarca. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.01191/2024-00. Portaria CNMP-CODI/CN nº 25/2025.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Piauí
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01384/2025-80 (Recurso Interno)
- Recorrente: Murilo Cesar de Franca Batista
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Requer que os atos administrativos (Aviso nº 882/2023–PGJ e nº 889/2023–PGJ-SUBJUR) da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo sejam desconstituídos. Restabelecimento do prazo de validade do concurso público para provimento do cargo de Analista Jurídico do Ministério Público do Estado de São Paulo (Edital nº 01/2018) até o dia 12/12/2026, conforme Aviso-PGJ 181/23.
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira
Origem: São Paulo

- 30) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00074/2026-92 (Recurso Interno)
- Recorrente: Assemperj – Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Advogado: Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF n.º 32147
- Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Protocolo do Ofício PRES. nº 0046/2023, dando origem ao Processo SEI nº 20.22.0001.0066728.2023-38. Ausência de movimentação processual, decorridos quase 2 anos. Pedido de fixação de prazo, bem como de decisão do requerimento.
- Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira
- Origem: Rio de Janeiro
- 31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00103/2026-52
- Requerente: José Roberto Oliveira e Silva
- Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
- Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Alegação de exigência indevida de uso de senha para acesso a procedimento não-sigiloso, no Sistema SAJ. Alegação de violação aos princípios da publicidade, transparência e eficiência administrativa, restringindo indevidamente direito fundamental do cidadão.
- Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
- Origem: Pará
- 32) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00131/2026-89 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
- Embargante: Sigiloso
- Advogada: Amanda Lima Figueiredo – OAB/AP n.º 2722-A
- Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá. Reclamação Disciplinar n.º 1.01577/2025-77. Possíveis crimes eleitorais, bem como exercício de atividade político-partidária.
- Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
- Origem: Amapá
- 33) Proposição nº 1.00160/2026-69
- Requerente: Fernando da Silva Comin
- Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 321/2025, para prever a validação, pelas Corregedorias Gerais, do Termo de Declaração de Comparecimento (Anexo IV). Alteração da Resolução CNMP nº 204/2019, para ajustar o prazo de encaminhamento do relatório anual validado.
- Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
- Origem: Distrito Federal

- 34) Conflito de Atribuições nº 1.00205/2026-03
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Processo SIS nº 1599.0012209/2025 (MPDFT nº Notícia de Fato 38.0002.0003903/2021-8). Ofício em procedimento de inventário extrajudicial, em trâmite na Comarca de Itariri/SP, referente a falecido cujo último domicílio foi em Brasília/DF.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: São Paulo
- 35) Notícia de Fato nº 1.00229/2026-09 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogado: Alexandre Martins Jorge – OAB/SP nº 443.820
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informa a ocorrência de supostas irregularidades da atuação funcional no bojo de processos judiciais.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Minas Gerais
- 36) Notícia de Fato nº 1.00268/2026-33 (Embargos de Declaração)
Embargante: Stefanie da Silva Padilha
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Informa a ocorrência de supostas irregularidades da atuação funcional no bojo de processo judicial.
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Origem: Rio Grande do Sul
- 37) Notícia de Fato nº 1.00273/2026-00 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Mato Grosso
- 38) Notícia de Fato nº 1.00304/2026-87 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Interessada: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na promoção de arquivamento de procedimento extrajudicial.
Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin
Origem: São Paulo
- 39) Proposição nº 1.00324/2026-76
Requerente: Alexandre Magno Benites de Lacerda
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Define o prazo para as unidades e os ramos do Ministério Público adotarem as providências voltadas à execução de penalidades disciplinares aplicadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira
Origem: Distrito Federal

- 40) Notícia de Fato nº 1.00334/2026-10 (Recurso Interno)
Recorrente: Gustavo Carvalho Alves Simões
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal. Informa a ocorrência de suposta irregularidade.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Distrito Federal
- 41) Conflito de Atribuições nº 1.00387/2026-04
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Rondônia. SIS 0161.0000107/2026. Notícia de eventual manipulação de mercado praticada pela empresa A2FBR Ltda, por meio das plataformas de apostas esportivas denominadas Bolsa de Aposta, Fulltbet, Matchbook, Betbra e Bet Especial.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz
Origem: Rondônia
- 42) Notícia de Fato nº 1.00420/2026-97 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Advogado: Vamario Soares Wanderley de Souza – OAB/DF n.º 69680
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Pernambuco
- 43) Pedido de Providências nº 1.00425/2026-65 (Recurso Interno)
Recorrente: Iolanda Gueda de Mesquita
Advogado: Alexandre Rameses Arruda Bezerra – OAB/PB n.º 28.063
Recorrido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Atuação. Ação Civil Pública nº 0000803-50.2012.8.01.0004. Apuração de irregularidades relacionadas ao loteamento denominado Agrinaldo Cândido Mesquita. Município de Epitaciolândia/AC.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Acre
- 44) Conflito de Atribuições nº 1.00433/2026-00
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. NF 1.34.001.006163/2025-19. Ministério Público do Estado do Paraná. NF 0088.25.002476-2. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposta prática dos crimes de estupro de vulnerável, de exploração sexual de menor e de apologia ao crime, veiculados em episódio de entrevista com famosos publicado em canal do Youtube.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz
Origem: Paraná

- 45) Notícia de Fato nº 1.00440/2026-86 (Recurso Interno)
Recorrentes: Deidiane Conceição Ribeiro; Goubery Fernandes Lima
Advogado: Thiago Furtado Theodoro – OAB/MA nº 31.421
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Informa a ocorrência de suposta irregularidade no conteúdo de cláusula constante no termo de ajustamento de conduta.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Maranhão
- 46) Conflito de Atribuições nº 1.00477/2026-03
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.25.000.005454/2026-90. Notícia de Fato MPPR 0088.25.005532-9. Apuração de possíveis irregularidades na gestão das bolsas de estudos ofertadas/financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Universidade Cesumar (UNICESUMAR). Município de Maringá.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Paraná
- 47) Pedido de Providências nº 1.00495/2026-87
Requerentes: Instituto Cordilheira; Vinicius Papatella Padovani
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de acompanhamento de procedimento de mediação entre a Comunidade Quilombola São José do Arrudas e empreendimento Minas-Rio, da Empresa Anglo American.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Minas Gerais
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00505/2026-01
Requerente: João Lucas Ferreira Pires
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. VI Concurso Público para Servidores do Ministério Público do Estado do Pará. Edital nº 01/2022-MPPA. Requer apuração da manutenção reiterada de servidores cedidos de outros órgãos, em detrimento da nomeação de candidatos regularmente aprovados em concurso público. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Pará

- 49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00618/2026-52
Requerentes: Andressa Erica Avila Pinheiro; Maria Claudia Vitorino Gadelha; Sabrina Said Daibes de Amorim Sanchez
Advogados: José Augusto de Souza Peres Filho – OAB/PB nº 35.631; Filipe Coutinho da Silveira – OAB/PA nº 12131; Daniel Coutinho da Silveira – OAB/PA nº 11595
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Concurso de remoção por antiguidade. Editais nº 71/2025-CSMP e nº 87/2025-CSMP. Controle de legalidade da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, proferida na 8ª Sessão Ordinária de 2026, nos procedimentos SIMP nº 000050-012/2026, nº 000051-012/2026 e nº 000049-012/2026. Reinclusão de candidatos que não comprovaram tempestivamente requisito objetivo de admissibilidade. Não apreciação de impugnações apresentadas pela requerente. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Pará
- 50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00635/2026-80
Requerente: Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Advogados: Victoria de Souza Alvares da Rosa – OAB/RS nº 134.427; Marcelo Almeida Sant'Anna – OAB/RS nº 50.756
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Controle. Decisão proferida no Procedimento de Gestão Administrativa – PGEA nº 01384.000.246/2024. Reconhecimento de tempo de licença maternidade, adoção e paternidade como de efetivo exercício para fins de vitaliciamento. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Rio Grande do Sul
- 51) Conflito de Atribuições nº 1.00638/2026-41
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. NF 1.23.000.002737/2025-73. Ministério Público do Estado do Pará. SAJ 01.2025.00035173-0. Conflito Negativo de Atribuições. Apura supostos atos de improbidade administrativa e ilícitos penais atribuídos aos ex-Prefeitos de Oeiras do Pará, pela ausência de repasse de contribuições previdenciárias descontadas dos servidores entre janeiro de 2014 e setembro de 2020.
Relator(a): Cons. Carl Olav Smith
Origem: Pará
- 52) Notícia de Fato nº 1.00655/2026-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Geruza Franca Brasileiro
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (aposentado)
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais aposentado. Informa a ocorrência de suposta irregularidade consistente na possível prática de atos de perseguição.
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira
Origem: Minas Gerais

- 53) Notícia de Fato nº 1.00670/2026-90 (Recurso Interno)
Recorrente: Yuri Gomes Miguel
Recorridos: Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Notícia de Fato. Membros e servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de suposta irregularidade no cadastramento de procedimentos criminais.
Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima
Origem: São Paulo
- 54) Notícia de Fato nº 1.00677/2026-76 (Recurso Interno)
Recorrente: Marcio Bueno da Rosa
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na persecução penal no âmbito do inquérito policial.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: São Paulo
- 55) Notícia de Fato nº 1.00686/2026-67 (Recurso Interno)
Recorrente: Fernando Machado Furtado
Recorrida: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informa a ocorrência de supostas irregularidades no arquivamento de procedimento extrajudicial.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Minas Gerais
- 56) Notícia de Fato nº 1.00695/2026-58 (Recurso Interno)
Recorrentes: Camila Vicente; Ernesto Iannoni
Advogada: Camila Vicente – OAB/SP nº 414.348
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades nas promoções de arquivamento de procedimentos extrajudiciais.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: São Paulo
- 57) Conflito de Atribuições nº 1.00715/2026-27
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito positivo de atribuições. Processo SEI 29.0001.0060561.2026-63. Procedimento 1.34.033.000185/2025-06. Requisição, sob pena de consequências criminais, de dados referentes aos casos de feminicídio/homicídio contra mulheres/tentativa de feminicídio/tentativa de homicídio no Município de Ubatuba em 2024 e 2025.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo

- 58) Conflito de Atribuições nº 1.00725/2026-71
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. SIS nº 0554.0003267/2026. Alegação de irregularidades no âmbito do internato do Curso de Medicina da Universidade Anhembi Morumbi, Campus Piracicaba.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: São Paulo
- 59) Conflito de Atribuições nº 1.00726/2026-25
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento SIS 1599.0004810/2026. Procedimento GAMPES 2026.0012.9366-49. Emissão de parecer ministerial para lavratura da Escritura Pública de nomeação de inventariante de espólio.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Espírito Santo
- 60) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00734/2026-62
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Luiz Gustavo Capitani e Silva Reimann – OAB/RS n.º 67643
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Rafael da Cas Maffini – OAB/RS n.º 44.404
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 00035.001.661/2023. Acórdão proferido pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Rio Grande do Sul
- 61) Conflito de Atribuições nº 1.00739/2026-30
Requerente: Procuradoria da República – Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Ministério Público Federal. Notícia de Fato n.º 1.27.003.000120/2026-25 (SIMP Nº. 000348-369/2026). Potenciais irregularidades na "utilização de recursos públicos federais vinculados à política cultural para custear estrutura administrativa e operacional da gestão municipal, e não ações finalísticas de fomento cultural", no Município de Parnaíba.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Piauí
- 62) Conflito de Atribuições nº 1.00741/2026-46
Requerente: Ministério Público do Estado da Paraíba
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Processo (Inquérito Policial) nº 0800431-51.2024.8.15.0071. Processo nº 0022390-19.2021.8.12.0001. Apuração de crime de estelionato. Fraude eletrônica.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Mato Grosso do Sul

63) Conflito de Atribuições nº 1.00779/2026-19

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.21.001.001867/2026-34. Notícia de Fato nº 01.2025.00012263-0. Apuração de possível crime do art. 38-A, da Lei n.º 9.605/98. Auto de Infração IMASUL nº AI014316/2023. Laudo de Constatação nº LC018080/2023. Município de Naviraí/MS.
Relator(a): Cons. Carl Olav Smith
Origem: Mato Grosso do Sul

64) Conflito de Atribuições nº 1.00782/2026-88

Requerente: Procuradoria da República no Município de Dourados/MS
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Notícia de Fato: 1.21.001.001858/2026-43 (Inquérito Civil MP/MS n.º 06.2021.00000349-7). Apuração referente ao crime do art. 56, da Lei n.º 9.605/98, em decorrência de manuseio de produtos empregados na pulverização aérea de agrotóxicos em desacordo com as normas vigentes e em local inadequado, em propriedade rural particular denominada Fazenda São Sebastião, em Naviraí/MS.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Mato Grosso do Sul

65) Conflito de Atribuições nº 1.00784/2026-95

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.13.000.000772/2026-85. Notícia de Fato nº 01.2026.00000026-5. Apuração da prática de crimes ambientais consistentes na supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão competente. Empresa Urai Empreendimentos Imobiliários Ltda. Município de Manaus.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Amazonas

66) Conflito de Atribuições nº 1.00787/2026-56

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento nº 1.29.000.000376/2025-15. Notícia de Fato 01593.000.141/2025. Apuração de uso inadequado de motos aquáticas nas proximidades da comporta da Lagoa da Fortaleza e o consequente risco à integridade estrutural da barragem. Município de Cidreira/RS.
Relator(a): Cons. Carl Olav Smith
Origem: Rio Grande do Sul

- 67) Conflito de Atribuições nº 1.00792/2026-22
Requerente: Procuradoria da República – Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.27.004.000039/2026-35. Procedimento SIMP nº 000114-095/2025. Apuração de suposta irregularidade praticada na gestão de valores oriundos de precatório relacionado ao antigo FUNDEF. Município de Várzea Branca/PI.
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira
Origem: Piauí
- 68) Conflito de Atribuições nº 1.00836/2026-05
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. NF 1.23.000.001547/2026-10 (01.2025.00011104-4). Solicitação da Prefeitura Municipal de Breves/PA para atuação do Ministério Público em procedimento relacionado ao Programa Minha Casa, Minha Vida.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Pará
- 69) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00841/2026-81
Requerente: Mauro Guilherme Messias dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Alegação de inércia na análise de representação, na qual se reporta possível violação de dever funcional por parte de representante ministerial.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Pará
- 70) Pedido de Providências nº 1.00843/2026-99
Requerente: Joana Cristina Leandro dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Alegação de ausência de fundamentação no arquivamento de requerimento administrativo, no qual se relata suposta violação de direitos de pessoa com deficiência (PcD) na realização de concurso público para o cargo de agente administrativo do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE/RJ.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Rio de Janeiro
- 71) Pedido de Providências nº 1.00844/2026-42
Requerente: Apredial Negócios Imobiliários Ltda
Advogado: Cleverson Riggo – OAB/RS n.º 080037
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Alegação de designação irregular de representante ministerial em processo judicial (Apelação Cível nº 5004821-48.2024.8.21.0005/RS, em trâmite na 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul). Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio Grande do Sul

- 72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00857/2026-58
Requerente: Mauricio Gomes de Souza
Requeridos: Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público Eleitoral; Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí; Procuradoria Regional Eleitoral/PI
Objeto: Ministério Público Eleitoral no Estado do Piauí. Pedido de suspensão da eficácia da Portaria PRE/PI 178/2026. Alegação de designação de membros para atuação eleitoral em inobservância do art. 1º, §1º, II e 5º, caput, da Resolução CNMP n.º 30/2018 (prazo nonagesimal anterior ao pleito e proibição de designação de membro em exercício de cargo ou função de confiança na administração superior). Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Piauí
- 73) Conflito de Atribuições nº 1.00886/2026-38
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.25.000.013780/2026-71. Inquérito Civil nº 0135.23.000551-8. Apuração de irregularidades na execução do evento denominado "CarnaCultural", realizado pela Secretaria Municipal de Cultura de São José dos Pinhais/PR. Lei Aldir Blanc.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Paraná
- 74) Conflito de Atribuições nº 1.00889/2026-07
Requerente: Ministério Público do Estado de Alagoas
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento 02.2026.00000179-7. Processo TJSP nº 1500143-34.2020.8.26.0544. Execução de pena de multa.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: São Paulo
- 75) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00892/2026-68
Requerente: União Brasileira da Advocacia Ambiental
Advogado: Alexandre Burmann – OAB/RS n.º 04417
Requerido: Procuradoria da República – Sergipe/Estância/Itabaiana
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Sergipe. Determinação para a suspensão dos efeitos da Recomendação PR-SE-00024329/2026. Determinação aos órgãos ambientais destinatários da mencionada Recomendação para que mantenham a plena aplicação da Lei nº 15.190/2025. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Sergipe
- 76) Conflito de Atribuições nº 1.00893/2026-11
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal. Processo SAJ nº 01.2026.00015867-7. Possível desmatamento ilegal no Município de Itaituba.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Pará

77) Conflito de Atribuições nº 1.00900/2026-85

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Paraná. Processo SIS 0187.0000782/2026. Viabilização da desospitalização de paciente do Hospital San Julian, que se encontra em situação de rua no Município de Rio Branco do Sul/PR, e possui familiares em Americana/SP.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Paraná

78) Conflito de Atribuições nº 1.00902/2026-92

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. SIS 0540.0014795/2026. Apuração de irregularidades em relação ao funcionamento da instituição de ensino Anhanguera Educacional Participações S/A, notadamente quanto à regular oferta de estágio supervisionado obrigatório indispensável à formação do Curso Superior Tecnológico em Radiologia, ofertado por meio da modalidade de ensino à distância (EAD).
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: São Paulo

79) Conflito de Atribuições nº 1.00905/2026-53

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inquérito Civil nº 1.22.000.001482/2025-69. Investigação em curso em face da CEASAMINAS, no que tange à (im)possibilidade de realização de renovação antecipada e sem licitação dos Contratos de Concessão de Uso de 20 anos, celebrados a partir de 2007, como fruto do Acórdão do TCU nº 1.398/07 e do TAC nº 02/2007, firmado com o Ministério Público Federal. Existência do Inquérito Civil nº 04.16.0079.0392670.2026-26, instaurado pela 24ª Promotoria de Justiça em Contagem/MG, com o objetivo de acompanhar e conferir segurança jurídica ao processo de renovação dos Contratos de Concessão de Uso (CCU) celebrados pela CEASAMINAS S/A.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Minas Gerais

80) Conflito de Atribuições nº 1.00936/2026-40

Requerente: Procuradoria Regional do Trabalho – 5ª Região/BA
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 004069.2025.05.000/9. Procedimento IDEA 003.9.547165/2025. Apuração de irregularidades trabalhistas.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Bahia

- 81) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00940/2026-63
Requerente: Daniel Henrique Queiroz de Azevedo
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Pedido de desconstituição dos efeitos do art. 19, da Resolução nº 003/2026-CPJ, que estendeu a 3ª e 4ª Promotorias de Justiça Cíveis do Distrito de Icoaraci a atribuição de atuar em processos criminais contra crianças e adolescentes. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Pará
- 82) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00952/2026-15
Requerente: Odedimar Borges dos Santos
Advogado: Maxminiano Magalhaes de Lima – OAB/DF n.º 36.815
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Excesso de prazo. Tramitação dos Autos Extrajudiciais nº 202400536598. Apuração de possíveis irregularidades relacionadas ao Contrato Administrativo nº 159/2022. Município de Cavalcante/GO.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Goiás
- 83) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00960/2026-52 (Recurso Interno)
Recorrente: Carlos Eugenio Avila de Arruda Junior
Recorridos: Instituto AOCP; Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Concurso público para ingresso na Carreira. Provimento de cargos de Promotor de Justiça Substituto. Edital nº 01/2025. Prova oral. Determinação para reavaliação do recurso administrativo do candidato, proibindo-se respostas genéricas/padronizadas. Anulação das perguntas que fugiram do tema sorteado com atribuição dos respectivos pontos ao reclamante. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Maranhão
- 84) Conflito de Atribuições nº 1.00964/2026-77
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Notícia de Fato nº 1.29.000.006600/2026-55. Procedimento nº 02378.002.391/2025. Apuração de risco envolvendo adolescente indígena, pessoa com transtorno do espectro autista, não falante da língua portuguesa, residente em aldeia situada no Município de Osório/RS.
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira
Origem: Rio Grande do Sul
- 85) Conflito de Atribuições nº 1.00971/2026-50
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Notícia de Fato nº 1.23.000.000833/2026-68. Apuração referente a suposto descumprimento, por cinemas, casas de espetáculos, estádios, teatros e organizadores de eventos em geral, no Estado do Pará, inclusive no que concerne ao objeto da Lei nº 12.933/2013 (benefício da meia-entrada) e do Decreto nº 8.537/2015, especialmente quanto à fiscalização e ao controle do uso da carteira de meia-entrada e ao respeito ao percentual de 40% dos ingressos destinados ao benefício.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Pará

- 86) Conflito de Atribuições nº 1.01008/2026-11
Requerente: Procuradoria da República – Ceará/Maracanaú
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.15.000.002027/2026-04. Notícia de Fato nº 01.2026.00014383-0. Apuração de irregularidades na seleção de beneficiários de unidades habitacionais vinculadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Município de Caucaia.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Ceará
- 87) Conflito de Atribuições nº 1.01010/2026-27
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.001.000428/2026-30. Procedimento nº 02.2026.00007317-0. Auto de Infração IBAMA nº 9125604-E. Apuração de desmatamento de vegetação nativa. Município de São Félix do Xingu/PA.
Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima
Origem: Pará
- 88) Conflito de Atribuições nº 1.01011/2026-80
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.000.004537/2026-12. Inquérito Civil nº 01792.000.314/2022. Apuração da prática de desmatamento irregular no Município de Capão Bonito do Sul.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio Grande do Sul

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público